



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

POLÍTICAS PÚBLICAS OU CONTROLE SÓCIO-TERRITORIAL: CONFLITOS E DISPUTAS EM TORNO DAS PRÁTICAS DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII NAS FAVELAS CARIOCAS (1947-1962)

Igor Martins Medeiros Robaina (UFRJ) - igorobaina@gmail.com

Geógrafo, Mestre em História Social e Doutorando em Geografia pela UFRJ. Atualmente é professor Substituto na UFF, especificamente no Colégio Universitário Geraldo Reis.

POLÍTICAS PÚBLICAS OU CONTROLE SÓCIO-TERRITORIAL: CONFLITOS E DISPUTAS EM TORNO DAS PRÁTICAS DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII NAS FAVELAS CARIOCAS (1947-1962)

Resumo:

O presente trabalho busca compreender as causas para o surgimento da Fundação Leão XIII, criada no dia 22 de janeiro de 1947 e sendo efetivamente a primeira intervenção em políticas públicas direcionadas para atuar no interior das favelas e seus habitantes no Brasil. Contudo, os precedentes de sua formação, materializam-se num conjunto complexo de elementos que se desdobraram a partir de mobilizações políticas de múltiplas ideologias, onde a favela acaba se tornando um espaço de disputa e tensão entre os movimentos de esquerda, sobretudo, ancorado principalmente no Partido Comunista Brasileiro e de forças contrárias a este ativismo político-social, como foi o caso articulativo entre o Estado e a Igreja Católica na união da própria instituição para promover um controle deste “Perigo Vermelho” no interior das favelas no Rio de Janeiro.

Introdução

Pensar o processo de formação histórico e espacial das favelas na cidade do Rio de Janeiro constitui-se num movimento complexo de compreensão das acumulações de vulnerabilidades e precariedades sócio-econômicas de determinados grupos junto ao espaço geográfico. Esses espaços produzidos através das mazelas de grupos historicamente marginalizados aos acessos e direitos à cidade, a partir de um conjunto de elementos que restringiram a plenitude do urbano, principalmente, por conta dos hegemônicos interesses do capital, que desencadearam a produção de uma realidade conflituosa numa das mais importantes metrópoles Brasileira.

No entanto, cabe ressaltar que esta própria denominação e realidade sócio-espacial, originada segundo alguns estudiosos¹ no último quarto do século dezanove, possui uma extraordinária história, que dificilmente os numerosos estudos conseguirão contemplar em toda sua magnitude de manifestações sociais, políticas, culturais e econômicas.

Desse modo, faz-se necessário a partir da permanente incompletude, propiciar continuidades analíticas sobre este espaço específico e principalmente “olhar para

trás, para o passado das favelas, e recuperar algumas de suas características e suas relações com a cidade”(SILVA, 2005, p.10).

Assim, pensamos neste movimento como um instrumento fundamental para que possamos, enquanto sujeitos políticos, termos alguns elementos para agirmos em defesas das garantias dos direitos sociais e democráticos na produção do espaço.

Desse modo, pela complexidade do assunto, delimitaremos espaço-temporalmente uma determinada realidade a respeito das favelas, identificando esses espaços como mais um componente indissociado da estrutura cidadina, que passa também por permanentes processos de transformação na conformação do urbano em suas múltiplas esferas da sociedade².

De tal modo, buscamos analisar a favela, como um espaço já constituído, como um conjunto “contraditórios” de acréscimos imbricados na cidade pela ação de indivíduos e grupos distintos sócio-economicamente. Estas ações humanas intencionais, segundo Milton Santos (2004, p.82) são realizadas “porque só ele tem objetivo, finalidade”, e são basicamente sustentadas na realidade das necessidades sociais, ampliadas nas dimensões “materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas”³ e que levam os homens a agirem sobre o espaço e produzi-lo subsequente num determinado momento que para um indivíduo ou grupos específicos se fez extremamente imprescindível e irremediável.

Dos Antecedentes ao Surgimento Da Fundação Leão XIII

A Fundação Leão XIII foi criada na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de Janeiro de 1947. Sua história e principalmente sua atuação sistemática no cenário sócio-político-espacial carioca se diferenciou talvez de todas as outras instituições de assistência sociais do século XX, por ter sido a principal instituição assistencial no tocante das intervenções em melhorias às favelas na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil.

Suas ações assistenciais, no período de 1947 até 1964 foram marcadas por uma atuação em 33 favelas na cidade do Rio de Janeiro, e mesmo estas ações variando nos níveis de intervenção, garantiram algumas necessidades sociais jamais proporcionadas anteriormente pelo Estado para com estes espaços, como as questões de educação, alimentação, saúde, lazer, apoio jurídico e urbanidades.

Contudo, cabe ressaltar, que sua história também foi demarcada por inúmeras tramas, onde por trás da grandeza e imponência política e social de suas ações, vários foram os conflitos, disputas e interesses. Neste complexo jogo de forças opostas no cenário político espacial carioca, a Igreja Católica, o Partido Comunista do Brasil e o

Estado se fizeram presentes junto as populações no interior das favelas, articulando-se e/ou (des)mobilizando-se, numa clara e histórica disputa pelo poder e suas dimensões espaciais.

Analisar os motivos que levaram o processo de formação da Fundação Leão XIII, é, sobretudo, compreender articuladamente os processos de formação das favelas cariocas e principalmente suas transformações espaço-temporais na complexidade do urbano carioca.

Os Discursos precedentes sobre as favelas na cidade do Rio de Janeiro

Dada a constituição espacial das favelas, muitas foram as problemáticas e as tensões vivenciadas pelos seus moradores. A forma material da paisagem e conseqüentemente a precariedade sócio-espacial, proporcionou em determinados grupos (não moradores das favelas) uma indesejabilidade frente esta nova realidade sócio-espacial.

Deste modo, os espaços das favelas foram bombardeados a partir de múltiplas direções, sendo ora pela invisibilização dos problemas existentes, inclusive pelo próprio Estado, ora pela estigmatização, especialmente nos discursos dos representantes políticos, dos grupos hegemônicos e/ou da própria mídia, que reforçavam as formas de violência simbólica sobre as favelas e seus habitantes.

A respeito desta visão estereotipada e estigmatizada, Perlman, a partir de suas análises em direção de detecção dos discursos sobre as populações faveladas, descreve:

A favela é uma aglomeração de vagabundos desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas. Esses “elementos marginais” vivem em condições “subumanas”, sem água encanada, esgoto, coleta de lixo, e outros serviços urbanos básicos, num ambiente sujo e insalubre. As favelas, feias como são, prejudicam o pitoresco panorama da cidade. Econômica e socialmente, constituem um dreno, um parasita, exigindo altos gastos em serviços públicos e dando pouca retribuição. Os favelados mantêm-se à-parte, não contribuem nem com aptidões nem ao menos com poder aquisitivo para o bem geral, e são uma ameaça pública. Ademais, as terras que ocupam são em geral muito valiosas, portanto, as favelas impedem que se lhes dê uso mais lucrativo, além de desvalorizarem as propriedades vizinhas.(PERLMAN, 2002, p.42)

Além de Janice Perlman, outro intelectual dos espaços da favela, foi Anthony Leeds, que promoveu uma série de análises a partir de lógicas discursivas de atribuições de descréditos que são associadas aos moradores das favelas, criando-se

determinações explicativas metonimicamente, onde a representação de determinada realidade passaram a ser compreendida numa visão onde a parte acaba sendo utilizado como o todo, indiferente da proporção ou veracidade desta parte. A partir desta configuração sobre os moradores das favelas e os discursos proferidos sobre eles, Descreve o autor:

Suas populações se constituem, num dos extremos do mal, de assassinos, ladrões, assaltantes, maconheiros e viciados em drogas; em um outro extremo do mal, de comunistas e outros tipos de ameaças em termos políticos e sociais; num terceiro e mais brando extremo, de pobres ignorantes, não educados, mal-adaptados, imigrantes rurais, caipiras; ou, no melhor dos extremos, de seres humanos razoáveis, mas tristes e pobres, morando em cabanas, criando promiscuidade, um câncer social e urbanístico da cidade (LEEDS, 1978, p.146)

Desta forma, tanto nas análises de Perlman, quanto nas de Ledds, houveram registros dos discursos proferidos pelos grupos dominantes acerca dos espaços das favelas de maneira muito estigmatizada, que de certo modo, não era uma visão isolada, pois eram compactuadas também na própria visão e gestão do Estado.

Construídas contra todos os preceitos de Hygiene, sem canalização d'água, sem exgoto, sem serviço de limpeza pública, sem ordem, com material heteróclito, as favellas constituem um perigo permanente de incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros através dos quaes se infiltram. A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corrói até as margens da mata da encosta das serras . . . (a sua destruição é importante) não é só sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da hygiene geral da cidade, sem falar da estética (Prefeitura do Distrito Federal, 1930, p.189-190.)

Deste modo, em meio de tantas adversidades, tanto físicas, materiais e objetivas, mas também na perspectiva psico-sociológica, as favelas buscaram mínima e autonomamente resolver suas questões, sobretudo, por conta da descrença em relação ao Estado como protetor e mantenedor das condições básicas e garantias sociais.

Os Cenários da transformação política no interior das favelas

O cenário político no interior das favelas passará por profundas transformações, principalmente com o fim da ditadura Vargasista, no ano de 1945, quando retornará a ordem democrática do país. Este novo período, garantirá a liberdade para toda sociedade e todos os espaços sociais, inclusive para as favelas.

Assim, os movimentos sindicais, sociais, trabalhistas e os partidos políticos foram postos em liberdade e tiveram uma nova chance de florescer e disputar projetos de sociedade no campo político e social, tendo em vista o grande período de silenciamento frente a postura centralizadora e autoritária de Getúlio Vargas.

Neste novo cenário político-social também emerge o Partido Comunista do Brasil⁴, no qual inicia um movimento de transformação e de auto-ressignificação de um partido de quadros para um partido de massas, aproximando-se assim, das questões políticas locais e seus respectivos problemas.

É diante destas questões que surgem os Comitês Democráticos Populares⁵ como um espaço de construção de autonomia popular, funcionando no sentido de mobilizar as lutas pelos direitos e as garantias sociais, além de ser um espaço de conscientização política.

Sobre este respeito:

Os Comitês Democráticos Populares, que já se vão organizando por todo o país, serão como que as células iniciais do grande organismo democrático capaz de unir o nosso povo e de guiá-lo no caminho da democracia e do progresso. Os Comitês Populares falarão a voz do povo dirão de sua vontade, suas reivindicações imediatas e permitirão que se revelem os verdadeiros líderes populares, homens e mulheres, jovens e velhos, que falem a linguagem do povo e sejam de fato os melhores na defesa dos seus interesses e na luta pelos direitos do próprio povo. E por isso, nesses organismos será relativamente fácil o desmascaramento dos agentes do fascismo, dos demagogos e desordeiros inimigos da união e da democracia. (PRESTES, L.C. s/d. Discurso proferido no dia 15 de Julho de 1945, p.113-114)

A proposta dos Comitês Democráticos Populares se fazia com bases bastante vanguardistas e revolucionárias, pois caminhavam no sentido de proporcionar a presença e a integração da população no campo político, diferenciando-se das históricas e conservadoras manobras políticas de reprodução passiva, onde os sujeitos sociais nada eram além de meros expectadores.

Uma outra característica sobre os Comitês Democráticos Populares constituía na sua forma de organização popular, pois mesmo sendo criado pelo Partido Comunista do Brasil num anseio pela democracia e autonomia dos sujeitos como cidadãos políticos, os seus fundamentos teóricos, não deveriam estar atrelado a qualquer movimento político-partidário, assim, fugindo a rótulos 'governistas' ou 'oposicionistas', funcionando como uma estrutura "neutra" e unicamente direcionada para o progresso e para os interesses populares.

Nesse sentido:

O partido comunista, vanguarda esclarecida do proletariado, sempre marchou e marchará com o povo, e os comunistas participarão

ativamente da organização e desenvolvimento de Comitês democráticos populares dentro dos quais se sentirão felizes ao lado de todos os democratas não comunistas, quaisquer que sejam suas opiniões políticas, filosóficas e religiosas, dignas tôdas do maior respeito, como deve ser no Brasil progressista e democrata a que desejamos chegar (discurso proferido por Luis Carlos Prestes no estádio de São Januário, no dia 23 de maio de 1945. In: VINHAS, p.107)

De fato, vários Comitês Democráticos Populares surgiram pela cidade, especialmente nos espaços com maiores precarizações, tendo em vista, a esperança dos próprios habitantes tentarem resolver as suas problemáticas e promoverem as melhorias das suas condições de vida.

Assim, os espaços das favelas também conquistariam progressivamente um corpo expressivo de autonomia política ao promover processualmente auto-intervenções sócio-espaciais, seja através dos Comitês Democráticos Populares ou de outras formas de organização e ativismos populares que surgiam na cidade. Portanto, estes movimentos, a partir da práxis social, produziram um processo de reconhecimento de autoconsciência de suas realidades, suas causas e o desejo de transformação. Estas questões puderam ser claramente detectados sobre os múltiplos aspectos da realidade social nas reportagens do periódico, *A Tribuna Popular*⁶.

Desse modo, as favelas ganhariam progressivamente um corpo expressivo de autonomia política e iniciando um processo de auto-intervenção espacial dos seus próprios habitantes em relação as favelas para a melhoria do seu próprio e único lugar disponível, tendo em vista a grande precariedade existente. Estas favelas enquanto realidades sócio-espaciais mantinham no seu interior uma gama de problemáticas, que derivavam-se desde as condições materiais até as dimensões simbólicas.

Infra-estruturalmente, as favelas vivenciavam inúmeras precariedades sócio-habitacionais por carências múltiplas, ou ausências, que talvez fossem as principais características deste espaço. Esta realidade pode ser constatada conforme a densa reportagem sobre o *Morro da Liberdade*, a partir das precariedades manifestadas nos discursos de sua própria população no periódico matutino *A Tribuna Popular*:

Sobre as Habitações:

Não habitamos casas: superlotamos barracões de madeira e lata, que, em geral, nós mesmos construímos com os materiais que podemos arranjar: Caixas, tábuas, pregos, telhas, zinco e barro, raramente tijolos. Nos barracões não há espaços, nem água, nem luz, nem esgotos e portanto, podemos dizer sem exagero, não ha higiene, nem saúde, nem ar!.(...) (TRIBUNA POPULAR, 10-08-1946, p.4)

Sobre as questões educacionais:

(...) Nossas numerosas crianças ressentem-se grandemente da falta de uma escola no local, pois quase nunca podem freqüentar as existentes nas proximidades ou são delas afastadas prematuramente pela necessidade de trabalhar e pela completa impossibilidade em que se encontram os pais de fornecer-lhes uniformes, calçados, livros, material escolar e merenda.(...) (TRIBUNA POPULAR, 10-08-1946, p.4)

Sobre as necessidades de água:

A falta de água é um dos principais problemas aqui no parque. Raro é o dia em que a "bica" atende o nosso apelo.(...) As mulheres ficam em posição de sentido com a lata d'água na cabeça. A falta d'água aqui é tão grande que nós somos obrigados a lavar a nossa roupa dentro de um pequeno rio, cujas águas recebem a sujeira dos canos de descarga...(...) (TRIBUNA POPULAR, 27-09-1946, p.4)

Sobre as questões de saúde:

A indigência de assistência médica, dentária e hospitalar em que nos encontramos é absoluta, carecemos de amparo moral para as gestantes; carecemos dos ensinamentos da profilaxia, da difusão das normas de higiene, dos serviços de saneamento básico local e principalmente, das condições materiais mínimas que possibilitem a aplicação dos princípios de uma medicina preventiva...(...) (TRIBUNA POPULAR, 10-08-1946, p.4)

A reportagem constata o nível de precariedade sócio-espacial enfrentada pelos habitantes das favelas cariocas e que conseqüentemente não eram os únicos, pois outras inúmeras problemáticas incrementavam-se espacialmente sem que qualquer providência fosse tomada pelo Estado.

Contudo, esse processo de abandono vivenciado pelas favelas promoveria um novo tipo de movimento até então inexistente, visto que junto ao processo de democratização ocorreria também a expansão do Partido Comunista Brasileiro⁷ no cenário político, assim como sua orientação em direção as classes populares e menos favorecidas para a construção de um partido de massas, sobretudo, a partir da atuação dos Comitês Democráticos Populares⁸.

Sobre este respeito:

Os Comitês Democráticos Populares, que já se vão organizando por todo o país, serão como que as células iniciais do grande organismo democrático capaz de unir o nosso povo e de guiá-lo no caminho da democracia e do progresso. Os Comitês Populares falarão a voz do povo dirão de sua vontade, suas reivindicações imediatas e permitirão que se revelem os verdadeiros líderes populares, homens e mulheres, jovens e velhos, que falem a linguagem do povo e sejam de fato os melhores na defesa dos seus interesses e na luta pelos direitos do

próprio povo.” (PRESTES, L.C, s/d. Discurso proferido no dia 15 de Julho de 1945, p.113-114)

Dessa forma, os Comitês Democráticos populares através do diálogo e da participação autônoma da população nas gestões políticas sobre as esferas locais no caso específico do próprio espaço da favela na figura de seus habitantes, acabavam por construir progressivamente uma autoconscientização das problemáticas sofridas e as possibilidades de atuação no sentido de propor soluções para precariedades existentes no interior de suas próprias realidades sócio-espaciais. Como foram os casos dos Comitês democráticos nas favelas do Sampaio-Jacaré e da Barreira do Vasco, nos quais foram reportados mais uma vez pelo periódico *A Tribuna Popular*:

Os moradores do morro do Sampaio há anos vem lutando para conseguir a instalação de torneiras d'água no sopé do morro, sem qualquer resultado. Há cinco meses resolveram fundar a União Pró-melhoramentos do morro do Sampaio, para, juntos, trabalharem pelas reivindicações de necessidades de mais imediata para a população daquele morro. E dentre todas, sobrevalece a instalação de bicas onde pudesse o morador abastecer-se da água indispensável às suas necessidades e de suas famílias. Com a cooperação do Comitê Democrático progressista do Sampaio-Jacaré, do qual se tornou sub-comitê a União Pró-melhoramentos conseguiu domingo passado a sua primeira grande vitória; foram inauguradas duas bicas no sopé do morro. Correram por conta dos moradores as dispensas do material e de instalação. Dando lhes assim uma significativa prova que quanto pode o povo unido e coeso. (TRIBUNA POPULAR, 25-10-1945, p.4.)

E Ainda:

Os habitantes do bairro proletário padrão da Barreira do Vasco vivenciaram um grande dia. Foram inauguradas em primeiro lugar, os nomes das ruas do bairro, construído em condições modestas, mas higiênicas. Em seguida, teve lugar a inauguração da “escola 13 de maio” que será orientada pelo guindasteiro José Cláudio do Nascimento, operário, que muito tem feito pela extinção do analfabetismo nas favelas. (TRIBUNA POPULAR, p.4, 5-7-1945)

Assim, os espaços das favelas acabou por agir sobre suas próprias bases para a garantia de condições sociais mais dignas nas quais estavam sobre os processos específicos de desfiliações infra-estruturais do urbano, e mais, rompendo inclusive com a ordem preestabelecida, pois não seus habitantes não viam mais no Estado o instrumento legal que poderia propor a essas melhorias. Estas ações foram um resultado processual de auto-reconhecimento sócio-espacial e de uma tomada de consciência sobre as precariedades sofridas pelos próprios grupos.

Conforme o discurso dos moradores Tarcília Martins, do morro do Capinzal e João Pereira, do Morro das Catacumbas ao periódico *A Tribuna Popular*:

Temos aqui três bicas. existia uma única, mas nós fizemos arrecadação e conseguimos obter um dinheiro para botar mais duas.

Mas isso não é nada. O que precisamos é de casa. Estamos como bichos. O Sr. pode ver, famílias cheias de filhos vivendo num quarto. Ouvi dizer que o Partido Comunista tem um plano para isso. Eu só acredito nesse partido, se os candidatos forem eleitos, temos a certeza de que nesses terrenos abandonados a prefeitura construirá casas para o povo. (TRIBUNA POPULAR, 17-11-1946, p.4)

O povo do morro das catacumbas está bem esclarecido quanto aos candidatos que se apresentam (...) uns “papagaios de promessas” que não arranjam nada. Surgiram de mãos vazias e assim saíram. Os problemas do povo já compreendemos, só poderão ser resolvidos com trabalho e não com palavras. É por causa disso que vamos votar nos candidatos comunistas, para que o conselho municipal de 1947 não seja nada parecido com o que foi outrora. (TRIBUNA POPULAR, , 27-12-1947, p.4)

No entanto, esta articulação e, sobretudo, esta tomada de consciência sobre as problemáticas sofridas, o ausente papel do Estado e a nova dimensão da política, inclinada sobretudo, acerca do Partido Comunista Brasileiro e os espaços das favelas acabaria por desencadear futuramente uma articulação perigosa no entendimento das elites, ancorados através dos membros das elites inseridos no corpo do próprio Estado e na figura Igreja Católica.

Assim, como uma medida contencionista aos possíveis riscos, ocorre uma reação articulada entre a Igreja católica, na figura do Arcebispo do Rio Dom Jaime de Barros Câmara e o Estado, na figura do Prefeito Hildebrando Góis, sendo instituída em 22 de janeiro de 1947 a então Fundação Leão XIII, nome este para homenagear a figura pontifícia de Leão XIII, conhecido também como o “Papa Anticomunista”⁹. Desse modo, esta nova instituição dava indícios de sua verdadeira funcionalidade, mas justificava que estaria dimensionalizada para atender as favelas e seus habitantes das péssimas condições de vida. Conforme a reportagem do periódico *O Globo*:

Instituída a Fundação Leão XIII

O chefe do governo assinou decreto criando essa organização de amparo às populações dos morros e das favelas. O presidente da república assinou um decreto instituindo uma fundação de assistência social denominada LEÃO XIII. Nos “considerando” o decreto frisa o dever indeclinável do governo em acudir as populações localizadas nos morros e nas favelas “cujas dificuldades topográficas” as privam dos serviços assistenciais de que gozam outras zonas da capital federal. (...) (O Globo, 23-01-1947.p.6)

As Ações Da Fundação Leão XIII No Interior Das Favelas

O que, porém, o Estado e a sociedade não podem nem devem ignorar, é essa condição de miserabilidade em que vive quase um terço da população da nossa capital. Minorar-lhes os sofrimentos físicos e morais, dar-lhes noções de higiene e educá-la para saber viver em

outro ambiente social, e ser útil à sociedade, eis o nosso principal escopo.(Província Eclesiástica. 1948 p. 193)

A Fundação Leão XIII significou o conjunto de suas ações no interior das favelas cariocas a partir dos Centros de Ações Sociais. Estes Centros se materializaram como os principais espaços de planejamento, organização, administração e principalmente, na realização das atividades políticas e sociais no interior das favelas cariocas.

Sobre os Centros de Ações Sociais e suas questões arquitetônicas, inúmeras eram as dificuldades, tendo em vista a declividade topográfica na maioria das favelas e as dificuldades na realização nas obras de engenharia, pois necessitavam de obras infra-estruturais, como era o caso das construções de muros de arrimo, sistemas de bombas hidráulicas e encanamentos de água para o deslocamento até o alto do morro. Por sua vez, sua constituição física era basicamente feita em madeira. A justificativa para que estes Centros fossem espaços pré-moldados e sua construção fosse em madeira e não em alvenaria era por conta de uma estratégia da própria Fundação em poder esquivar-se das inúmeras críticas relacionadas a um possível papel de fixador das favelas no Rio de Janeiro.

Em relação ao funcionamento dos Centros pela FLXIII, estes procediam da seguinte maneira: inicialmente se promovia um cadastro num centro de triagem, onde se analisava o perfil individual e familiar de todos os moradores das favelas assistidas, no qual posteriormente eram encaminhados se necessário para os serviços existentes pela Fundação nos próprios Centros de Ações Sociais.

Saúde

A questão da saúde, ou melhor, a falta dela no interior das favelas cariocas se constituiu concomitante com o próprio processo histórico carioca. Questões como a falta de saneamento básico (água tratada e encanada, sistemas de esgoto, pavimentação e coleta de lixo), a dificuldade do acesso e a ausência de unidades de saúde médico-hospitalares, assim como questões da desnutrição infantil não eram desconhecidas pelos governantes e por isto foram os pontos fundamentais das respostas e das ações da Fundação Leão XIII através dos seus Centros de Ações Sociais. Nesses Centros foram implantados inúmeros serviços na esfera da saúde, com a presença de profissionais especializados, como médicos, farmacêuticos, dentistas e dietistas¹⁰, que se encontravam presentes e que promoviam o atendimento das populações nos morros e favelas assistidas pela Fundação.

Nas favelas onde trabalha a Fundação Leão XIII, há no Centro Social, um serviço médico cuja extensão varia com o tamanho da favela. No Cantagalo, o Centro tem dois médicos, embora não muito assíduos, uma enfermeira, de tempo integral, e 5 visitadoras. Os médicos encaminham ao posto clínico geral e aos serviços médicos já articulados com a Fundação. O centro tem telefone e o serviço é equipado com uma padiola. Para os casos urgentes, chamam o pronto socorro do "Miguel Couto". No São Carlos, para uma população de 28.000 favelados, só há o centro da Fundação e, em caso de urgência o pronto socorro do Hospital Souza Aguiar. Na Rocinha, o serviço médico tem lactário e farmácia; possui dois clínicos, um pediatra, dois dentistas, duas enfermeiras, uma dietista, dois auxiliares de dentista e um responsável pela farmácia. Esse serviço médico atende a mais ou menos 15.000 pessoas, correspondendo às 3.000 famílias matriculadas no Centro. (Relatório SAGMACS, 1960, p.25)

Um dos pontos chave da atuação Fundação Leão XIII em relação às ações sociais de saúde era a preocupação com a faixa etária infantil. Esta questão se dava, sobretudo, por conta de que as crianças configuravam-se previamente como o grupo mais vulnerável e indefeso a todas as intempéries existentes no interior das favelas e de suas condições precárias, assim como por conta de uma sensibilização social, disseminada no seio da sociedade e pela própria ideologia cristã.

Cada Centro de Ação Social possuía ambulatórios que promoviam consultas, exames, pequenas cirurgias e atestados médicos para os adultos das favelas. Além dos atendimentos em escala local, nos casos que estivessem para além das condições infra-estruturais dos próprios Centros, ocorriam encaminhamentos para internações e cirurgias nos hospitais da rede pública de saúde, previamente estabelecidas por um acordo institucional.

Por último e não menos importante, o serviço de saúde da Fundação Leão XIII disponibilizava assistência médico-dentária, o que, para o período, constituía-se como um avanço, visto que graves eram os problemas de saúde bucal, inclusive no tocante ao próprio relatório em relação a inúmeros casos de abscessos dentários. Deste modo, a Fundação promovia extrações, obturações, além de programas de higiene dentária.

Assim, as ações médicas no interior das favelas configuraram-se de maneira significativa, tanto do ponto de vista qualitativo como do ponto de vista quantitativo, visto que, segundo os dados estatísticos da Fundação Leão XIII, no período compreendido entre 1947 e 1954, por exemplo, foram atendidos 1.486.018 pessoas nos serviços médicos e distribuídas 4.782.924 de mamadeiras nos lactários. Deste modo, podemos afirmar que ações da Fundação promoveram significativamente uma melhoria nas condições de vida nos aspectos de saúde das populações moradoras dos morros e favelas assistidas.

Educação

*Pois estamos certos de que o “problema da favela” é eminentemente o problema da falta de educação. Doenças, analfabetismo, ideologias exóticas, crimes, contravenções, prostituições, etc., são males de um povo que vem vivendo, anos a fio, sem o benefício de uma palavra esclarecedora e amiga, que só a **escola**, na sua mais alta concepção, pode dar (Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: Notas e relatórios de 1947 a 1954. 1955, p.31)*

A questão educacional para Fundação Leão XIII compreendia como a principal forma para resolução dos problemas nas favelas cariocas. Sua concepção de educação consistia numa dimensão para além da formalidade escolar, ou seja, uma compreensão complexa e articulada, direcionando amplamente para questões de uma educação do ponto de vista da moral e dos bons costumes, física e recreativa, e também uma configuração imprescindível da educação religiosa. A grande proposta da Fundação Leão XIII enquadrava-se principalmente com a educação infantil, pois segundo seus pressupostos, somente pelas novas gerações era possível resolver os problemas das favelas e assim todas as ações eram inicialmente projetadas para a assistência social das crianças e jovens. Os espaços educacionais da Fundação estavam localizados nos próprios *Centros de Ações Sociais* e eram basicamente divididos em Escola maternal, para crianças de 2 a 4 anos; Jardim de Infância, para crianças de 4 a 7 anos e Ensino Primário, curso diurno para menores de 7 a 14 anos.

A Fundação Leão XIII através de unidades escolares nos Centros de Ações sociais buscou garantir todos os meios de condições e acesso ao direito à educação nas favelas, além de tentar estabelecer uma certa qualidade ou ao menos uma relação de equidade educacional para com as populações das favelas, pois o projeto educacional desenvolvido nos seus centros seguia de maneira prescritiva o modelo desenvolvido pela Prefeitura do Distrito Federal, com o qual a Fundação se orgulhava em colaborar.¹ Outro ponto importante para o modelo desenvolvido pela Fundação estava na questão da alimentação, na figura da merenda escolar.

Os alunos se aglomeram em torno da professora que segura o bujão. A distribuição é farta. os recipientes variam de tamanho: copos pequeninos, xícaras maiores, medidas de meio litro e até litro. Encontram-se por perto algumas mães, ficam paradas, sem dizer nada, assistido à cena e algumas esperando pela sobra dos bujões. A professora usa uma canequinha de alumínio que serve de medida para poder fazer uma distribuição mais justa. Para cada criança um copo normal, que equivale a 250 grs. Se querem mais, repetem. quando sobra leite, este é distribuído entre as mães que ficam em torno olhando o bujão. (Relatório SAGMACS, 1960, p.29)

Além da educação básica de alfabetização, a Fundação também promovia, enquanto complementaridade, a educação profissional, denominada de ensino

artesanal. Estas aulas funcionavam dentro dos próprios Centros e possuíam “oficinas de tecelagem, calçado, madeira, cerâmica, estofamento, encadernação e de outras atividades leves, adequadas à idade escolar”¹¹, sobretudo, para um encaminhamento da qualificação e o aprendizado para uma inserção estável no mercado de trabalho. Neste sentido, o relatório SAGMACS fez uma extensa observação a respeito dessas atividades no desenvolvimento dos trabalhos da Fundação Leão XIII:

*Um dos problemas mais graves da favela é o encaminhamento dos menores na vida pelo aprendizado de uma profissão. A fundação Leão XIII mantém, em algumas favelas, escolas artesanais que visam a suprir essa deficiência. Tratando-se de importante experiência pedagógica, pareceu-nos interessante conhecer, pelo menos através de uma unidade, a maneira como está sendo feita. Na Barreira do Vasco, o Centro Social da Fundação mantém uma escola artesanal deste tipo para meninos e meninas.(...) A escola atende a duas turmas: a da manhã, que funciona das oito às doze horas com um intervalo de meia hora, às dez, e a da tarde, que funciona das 13 às 17 horas, com um intervalo às 15.(...) O tempo médio de permanência na escola é de um a dois anos. (...)*¹(Relatório SAGMACS, 1960, p.30)

Outra prática recorrente da Fundação Leão XIII era a educação física e recreativa, a qual seria um canal de sociabilidade, ou seja, um meio de “distrair educando”¹². Para isto, a Fundação organizava inúmeros eventos esportivos nos próprios centros, além de ser anualmente organizadas as Olimpíadas da Fundação Leão XIII, em que todas as favelas assistidas pela instituição disputavam entre si uma taça com o nome da instituição:

*A **Olimpíada Esportiva** é uma festa eminentemente popular que congrega, numa convivência sadia, dirigentes e assistidos da Fundação Leão XIII. A esta festa, que geralmente se tem realizado em campo esportivo cedido amigavelmente (já utilizamos o campo do Fluminense, do Vasco da Gama, o do Corpo de Obuses e o da Light) têm comparecido todos os Centros Sociais e Agências, com Flâmulas, estandartes, bandeiras, numa demonstração pública do alto nível cívico e educacional já atingido pelos moradores de favelas assistidas pela Fundação Leão XIII. Todo o conjunto desfila, garbosamente, ao som de uma marcha, sob os aplausos calorosos dos que assistem, inclusive o Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. (Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: Notas e relatórios de 1947 a 1954. 1955, p.49)*

Urbanidades

Uma outra preocupação da Fundação Leão XIII em relação as questões sociais balizava-se nos serviços de melhoria urbana. O processo de urbanização se constituía como um elemento fundamental em direção ao interior das favelas, visto que esta

orientação era parte integrante da política de inserção aos acessos e na transformação das favelas em espaços mais humanos, e para isto, fazia-se necessário promover condições mínimas de sobrevivência para com as populações, colocando-as em condições infra-estruturais como as existentes em outras áreas da cidade.

O desdobramento político no plano urbanístico da Fundação Leão XIII balizou-se através de duas propostas para a resolução dos processos de favelização. A primeira delas e que, conseqüentemente, se tornou hegemônica, consistia num plano de desenvolvimento urbano local (infra-estrutural), promovendo melhorias nas favelas de maneira gradual e possuindo a consciência da necessidade de um longo período de trabalho. A segunda vertente desdobrava-se na possibilidade da promoção de projetos para além dos espaços das favelas, como a construção de conjuntos residenciais, articulados com órgãos governamentais, como a Fundação Casa Popular e até mesmo por iniciativa de classes, como os Institutos de Assistências e Pensões.

Dessa forma, por meio principalmente das ações buscava-se resolver o problema da favelização através das melhorias que acabavam conflituando com o próprio Estado e grupos hegemônico, tendo em vista que a Fundação Leão XIII possuía seus pressupostos ideológicos marcados pelo anti-remocionismo.

Desta forma, estas condições de defesa aos espaços das favelas eram somente contrariadas quando existia em andamento um processo de complementação da política da ação social católica ou quando o peso das pressões dos capitais imobiliários, especulativos e da intervenção do Estado e/ou dos grupos hegemônicos se fazia presente e irreversível:

Não adiantam certas soluções simplistas, daqueles que julgam que só se podem acabar com as favelas do Rio de Janeiro, enviando-se todos os favelados para o campo, nem muito menos podem ser levados em consideração as opiniões dos que se referem às famílias que a desgraça levou para a vida miserável dos barracos dos nossos morros, subestimando o seu valor humano e sua condição cristã de irmãos nossos que devemos amar, de saúde, educação, casos sociais, problemas de família (registro dos filhos, casamento, etc.) (Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: Notas e relatórios de 1947 a 1954. 1955, p.7)

Deste modo, inúmeras ações para melhorias nos planos urbanísticos foram desenvolvidas, sobretudo, na esfera do saneamento básico. Esta questão, historicamente presente na cidade do Rio de Janeiro, foi extremamente problematizada pela própria Fundação, pois para ela, as precariedades se caracterizavam como um verdadeiro entrave para a humanização e desenvolvimento das favelas, além do fato de que articulavam desde dimensões estéticas, funcionais e,

principalmente, questões relacionadas à saúde. Segundo a própria Fundação Leão XIII:

A falta permanente de água, e a falta de escoamento apropriado para as águas pluviais, e os despejos domésticos de toda espécie, criam em torno das casas uma situação verdadeiramente insuportável e, na favela, um ambiente pestilencial difícil de ser descrito (Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: Notas e relatórios de 1947 a 1954. 1955, p.25)

Considerações Finais: As Consequências Das Ações Da Fundação Leão XIII

Ao longo deste trabalho, buscou-se analisar e compreender a complexidade processual dos motivos que desencadearam a criação da Fundação Leão XIII, bem como as ações que tal instituição promoveu no interior das favelas — na perspectiva de um ordenamento sócio-espacial e de suas consequências do ponto de vista político-espacial e das mobilizações e organizações sociais. Destaquemos sinteticamente alguns aspectos da reflexão empreendida e suas conclusões.

Como dito anteriormente, a Fundação Leão XIII, no período compreendido entre 1947 e 1962, sob orientação e gestão da Igreja Católica — sobretudo nas figuras de Dom Jaime Barros de Câmara — prestou assistência a 33 favelas no Rio de Janeiro, através dos Centros de Ação Social, onde serviços de saúde, educação, alimentação, apoio jurídico e processos de urbanização e urbanidades se fizeram presentes.

Estes serviços, de fato, promoveram melhorias e avanços significativos nas condições de vida das populações dos morros e favelas, antes abandonadas sócio-historicamente. No entanto, o presente trabalho aponta que, concomitantemente às melhorias proporcionadas pelas ações da Fundação Leão XIII, funcionaram estrategicamente, sob os auspícios da Fundação, diversos dispositivos de anulação dos ativismos políticos e sociais libertários — como foi o caso dos Comitês Democráticos Populares e de outras formas de organização que floresciam no interior das favelas. Tais movimentos eram inseridos em uma política de ruptura política — por força de uma lógica proposta ou imposta pelo Partido Comunista do Brasil, dentre outros agentes, e foram combatidos permanentemente no campo político.

De fato, A fundação Leão XIII possuiu um importante destaque no processo Sócio-Histórico-Espacial carioca no período específico da análise, onde diante de suas

ações, orientadas pelas forças hegemônicas modificou a realidade de milhares de pessoas na cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, em meio a todo um conjunto de transformações nos espaços das favelas e diante das condições adversas, sendo elas materiais ou políticas, seus moradores jamais se calaram ou imobilizaram. Exercendo sempre um forte papel na produção do espaço.

Bibliografia

ABREU, M, A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

_____. *Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua Evolução*. Revista Rio de Janeiro, n. 10, Maio-agosto 2003.

ALVITO, M (Org) ; ZALUAR, A (Org.). *Um século de Favelas*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BURGOS, M. *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: *Um Século de Favelas*. ALVITO, M (Org) ; ZALUAR, A (Org). Um século de Favelas. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Editora vozes, 1998

_____. *A Dinâmica dos Processos de Marginalização: da Vulnerabilidade a “Desfiliação”*. Caderno CRH, Salvador, n.26/27, p.19-40, Jan./Dez. 1997.

CHILCOTE, R, H. *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração – 1922-1972*. Editora Graal. 1982.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos Territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2004.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII – FAVELAS: UM COMPROMISSO QUE VAMOS RESGATAR, 1962.

HARVEY, D. *Planeta Favela*. São Paulo. Editora Boitempo. 2006.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

MORROS E FAVELAS: COMO TRABALHA A FUNDAÇÃO LEÃO XIII – NOTAS E RELATÓRIOS DE 1947 A 1954. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955.

MOURA, V, T. *Favelas do Distrito Federal*. In: *Aspectos do Distrito Federal*. Gráfica Sauer. Rio de Janeiro, 1943.

PARISSE, L. *Favelas do Rio de Janeiro: Evolução – Sentido*. Caderno do CENPHA nº5. 1969.

PEREIRA, M, L,S. *Favelas Cariocas: 1930:1964*. Rio de Janeiro. Contraponto. 2005.

PERLMAN, J, E. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. São Paulo. Editora paz e terra. 2002.

PINHEIRO, M, C, O. *O PCB e os comitês populares democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Dissertação de Mestrado em História Comparada pela UFRJ. 2007.

PRESTES, L, C. Problemas atuais da democracia. Rio de Janeiro-vitória, s/d. (*Organizar o Povo Para a Democracia- Discurso proferido no dia 15 de julho de 1945*). P.113-114.

SAGMACS. *Aspectos humanos da favela carioca: Estudo sócio-econômico*. São Paulo: O estado de São Paulo, 1960.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo. Edusp. 2004.

SILVA, M, L, P. *Favelas Cariocas: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VALLA, V,V. *Educação e Favela: Políticas para as Favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*.

VINHAS, M. *O Partidão: a luta por um partido de massas – 1922-1975*. Editora Hucitec, São Paulo, 1982

WOOD, E, M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro, Jorge

¹ Destacam-se em nossos referenciais a Presença de ABREU, M; VALLADARES, L; LEEDS, A e VALLA,V.

² O presente trabalho caminha no sentido de analisar os motivos que desencadearam a criação da Fundação Leão XIII na cidade do Rio de Janeiro, até então Distrito Federal, enquanto uma das mais importantes instituições de assistência social do Estado historicamente, até os dias atuais. A base analítica configura-se em compreender sua atuação relacionada estreitamente com os espaços das favelas, sua organização política e social, assim como as questões com o comunismo, o Estado e a Igreja Católica.

³ SANTOS, M, *Natureza do Espaço* p.82

⁴ O Partido Comunista Brasileiro surge no dia 25 de março de 1922.

⁵ Os Comitês Democráticos Populares organizavam-se praticamente em duas vertentes: A primeira estava no campo das lutas trabalhistas, sobretudo nas bases espaciais das fábricas, sindicatos e outros setores laborais. A segunda mantinha uma relação espacial com o lugar, ou seja, na dimensão dos bairros, sendo eles principalmente localizados em espaços que apresentavam precarizações infra-estruturais do urbano, como as favelas ou áreas localizadas nos subúrbios.

⁶ Cabe ressaltar que, o Tribuna Popular acabou sendo funcionalizado como um instrumento de propagação dos ideais do Partido Comunista Brasileiro e de visibilização e diálogo junto com as classes populares. Sua escalaridade alcançou o nível nacional, com uma tiragem de 50.000 exemplares. Do ponto de vista das classes populares, estendeu-se desde as populações precarizadas nos campos e subúrbios, até as das áreas favelizadas, nos quais explanavam seus problemas, reivindicações e vitórias através dos Comitês Democráticos populares ou outros espaços populares.

⁷ O PCB acabou se configurando como uma presença efetiva na vida política do cenário brasileiro e carioca posteriormente a eleição de 1945, onde o partido recebeu 9 % do total de votos e elegeu quatorze deputados e um senador pelo Distrito Federal. A representação máxima do PCB, Luiz Carlos Prestes.

⁸ Os Comitês Democráticos Populares organizavam-se praticamente em duas vertentes: a primeira estava no campo das lutas trabalhistas, sobretudo nas bases espaciais das fábricas, sindicatos e outros setores

laborais. A segunda mantinha uma relação espacial com o lugar, ou seja, na dimensão dos bairros, sendo eles principalmente localizados em favelas, bairros com precarizações infra-estruturais do urbano ou os localizados no subúrbios

⁹ Esta caracterização consolidou-se principalmente pela produção da encíclica *Rerum Novarum* (1891), no qual o então Papa, refletia sobre as péssimas condições do operariado e conseqüentemente promovia um ataque ideológico aos comunistas e suas práticas, sobretudo, as balizadas na violência.

¹⁰ O que seria denominado atualmente como o profissional do campo da nutrição.

¹¹ Existiam também outros modelos de educação profissionalizantes propostos pela Fundação, como era o caso dos cursos de cozinha, domésticas, enfermeiras e corte e costura, todos destinados pra o sexo feminino.

¹² *Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: Notas e relatórios de 1947 a 1954.* p.67, p.33. Segundo a Fundação Leão XIII, estas práticas ajudavam no espírito da disciplina, respeito e lealdade nas populações das favelas, ou seja, questões de bons costumes